

O Brasil está marchando para se tornar uma economia aberta

Antônio Cláudio
Sochaczewski *

O tema — o Brasil rumo a uma economia aberta — nos dá a oportunidade de rever sob que condições o País dá esse importante passo. O Brasil tem uma longa tradição de forte relacionamento com o mundo financeiro e comercial. Quando medida pela relação entre o volume de comércio e o PIB costuma-se chegar à conclusão (errada, no meu ponto de vista) de que a economia brasileira é "fechada". Mas, longe disso, desde meado do século XIX o Brasil mantém fortes laços com o exterior. Já na inserção do País nas correntes de comércio internacional através da economia cafeeira, tanto o investimento externo quanto o crédito internacional foram decisivos para o sucesso de seu modelo primário-exportador. Durante muitas décadas a economia brasileira cresceu impulsionada pelo fluxo de capital investindo na infraestrutura de transportes e urbana, ligada ao café e lubrificada sua comercialização pelo crédito externo.

Mesmo depois do colapso dos anos 30, quando a economia brasileira assume um modelo de crescimento "voltado para dentro", o investimento externo tem papel decisivo na manutenção de elevadas taxas de crescimento. Durante cinquenta anos (dos anos 30 aos 70) a economia brasileira recebeu maciços volumes de capital externo, especialmente localizados nos setores nascentes mais dinâmicos. Nessas cinco décadas não há registro de problemas entre o País e seus investidores estrangeiros.

Da mesma forma, a partir do final dos anos 60 o País (como quase todos os países do Terceiro Mundo) se insere no mercado financeiro internacional por meio de enormes volumes de endividamento externo, como peça fundamental para a complementação da poupança interna.

Infelizmente, ambos os fluxos se interromperam nos anos 80 pelas razões que bem conhecemos. No caso de investimento externo, o fluxo *bruto* de entrada cai a um terço entre 1978/82 (1,5 bilhão por ano) e 1983/89 (0,5 bilhão por ano); o resultado líquido também se torna negativo: 1970/77 (+3,8 bilhões por ano), 1978/82 (+4,5 bilhões por ano), 1983/89 (-3,4 bilhões por ano). O País passa de absorvedor de poupança externa a supridor líquido de poupança para o exterior. Essa situação deprime ainda mais a taxa de crescimento do PIB.

As perspectivas para a América Latina não são animadoras. Dados da OECD mostram que o investimento estrangeiro na América Latina caiu como proporção do investimento estrangeiro total de 51,6% em 1978 para 47,8% em 1986. Por outro lado, a formação de blocos econômicos foi mais rápida que a reação da América Latina (onde estão os três países com maior dívida externa).

A CEE, o bloco norte-americano, o Japão e sua área de influência e a dissolução do bloco econômico do Leste europeu colocam um desafio à América Latina de como se reinserir nas

correntes do comércio internacional. A criação do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) foi um passo importante na solução desta questão, não obstante, a meu ver, sua importância ainda não tenha sido percebida pelos investidores externos. A experiência da CEE ajudará a integração mais rápida do Mercosul, pois os problemas deste processo já são conhecidos.

A crise da dívida, como sabemos, colocou um ponto final no modelo de crescimento calcado no endividamento externo. Infelizmente, para o Brasil a crise veio por conta de fatores completamente fora de seu controle. Os dois choques do petróleo, a crise dos juros no final dos anos 70 e as moratórias do México e da Polônia arrastaram o País ao vértice da crise cambial. Só para ter uma idéia das consequências desastrosas de apenas um destes fatores, caso os juros internacionais se tivessem mantido aos níveis dos anos 60/70 (isto é, 6 a 7% ao ano), a dívida brasileira hoje seria US\$ 62 bilhões menor; isto é, mais da metade da dívida brasileira é oriunda da elevação dos juros internacionais (isto para não mencionar o impacto dos preços do petróleo). Não obstante o profundo desequilíbrio causado pela súbita interrupção do fluxo de créditos externos, o Brasil não se recusou a honrar seus compromissos e sentou-se permanentemente à mesa de negociações. Não se pode dizer que as três ou quatro negociações tenham fracassado, mas infelizmente seus termos não foram duradouros. Tenho convicção de que se as atuais negociações não conduzirem a um acordo viável e duradouro, tanto o Brasil quanto seus credores sairão perdendo. O acordo da dívida não é um jogo de soma zero; ou ambos perdem, ou ambos ganham.

Nesse sentido é preciso preservar o conceito de capacidade de pagamento como viga-mestra da negociação. Devemo-nos comprometer apenas com aquilo que podemos pagar. E esse conceito no Brasil, presentemente, não se refere à capacidade de pagamento em termos cambiais. O Brasil mostrou que pode gerar superávits cambiais substanciais para servir à sua dívida (não obstante, pelos acordos vigentes, o Brasil teria que gerar no ano passado um saldo comercial de US\$ 23 bilhões, valor jamais alcançado em sua história). A conclusão a que se chega é de que o acordo de 1988 é inviável e não pode ser mantido.

Acrescente-se que tanto o FMI quanto os organismos multilaterais não admitem renegociar seus créditos e o País os paga pontualmente. Ademais, o Clube de Paris só admite negociar seus créditos em prazos exíguos, sem nenhuma redução. O recente precedente aberto pelo clube à Polônia aparentemente não se constituirá em regra para outros países, ainda que não se consiga entender por quê. Na minha opinião, se algum precedente dovesse ser aberto teria de ser em favor de países de baixíssima renda, como os da África, que têm escassa possibilidade de pagar suas dívidas, se alguma. As condições do Menu de Toronto são tremendamente injustas, se comparadas ao tratamento dado à Polónia, ademais se se tem em conta que nenhum país jamais exerceu, até hoje, a opção de redução prevista no Menu.

O conceito da capacidade de pagamento, no caso do Brasil, refere-se à capaci-

dade que tem o setor público de gerar recursos para servir à dívida, já que ele hoje é detentor de mais de 90% da dívida externa brasileira. A capacidade que tem o Brasil de pagar seus compromissos externos tem a ver basicamente com a questão das finanças do setor público.

É então nesse contexto de interrupção dos fluxos financeiros externos que se dá a proposta de abertura da economia brasileira. Essa proposta parte da constatação de que o Brasil já não precisa da proteção que teve durante a industrialização por substituição de importações. Isso não significa que tenha sido uma política equivocada. E fora de dúvida o sucesso da industrialização por substituição de importação no Brasil. O que se pode ques-

tionar é se essa proteção deveria ter sido levantada mais cedo, mas esse ponto é puramente acadêmico para efeito da atual política econômica. A economia brasileira já tem maturidade bastante para ser exposta à competição internacional com baixos riscos de retornar ao modelo primário-exportador. Estou consciente de que esta pode ser uma opinião fora de moda, mas o caso de alguns países latino-americanos recentemente abertos faz-me temer que uma recessão mais severa no comércio internacional arrastará esses países a uma profunda crise interna, pois eles retornaram *efetivamente* a uma economia exclusivamente primário-exportadora.

* Presidente do Banespa.

